

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Santo Afonso Energética S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Contexto operacional	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa	16
Caixa restrito e depósitos restituíveis	16
Contas a receber de clientes	17
Contas a receber – Venda de participação.....	18
Estoques	18
Impostos a recuperar	19
Investimentos	19
Imobilizado	23
Ativo de direito de uso e Arrendamento.....	25
Contas a pagar e Fornecedores	27
Empréstimos e financiamentos.....	27
Obrigações tributárias	29
Provisão para demandas judiciais	29
Provisão para desmobilização.....	31
Patrimônio líquido atribuível a controladora.....	32
Participação de acionistas não controladores.....	33
Receita operacional líquida	34
Custos e despesas por natureza	36
Outras receitas e despesas operacionais	37
Resultado financeiro.....	37
Imposto de renda e contribuição social corrente	38
Transações com partes relacionadas	38
Cobertura de seguros.....	41
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	41
Transações que não envolvem caixa	45



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Santo Afonso Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santo Afonso Energética S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Santo Afonso Energética S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.001	52.864	28.670	108.814
Contas a receber de clientes	5	19.554	21.009	76.082	89.802
Contas a receber – Partes relacionadas	24	3.948	8.500	13.272	7.228
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	-	-	-	104
Dividendos a receber	24	5.410	606	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.107	1.275
Adiantamentos a fornecedores		104	104	4.854	4.432
Contas a receber - Venda de participação	6	15.796	7.579	15.796	7.579
Estoques	7	-	-	1.113	717
Impostos e contribuições a recuperar	8	4.427	776	4.724	1.221
Outras contas a receber		167	-	235	57
Total do ativo circulante		50.407	91.438	145.853	221.229
Não circulante					
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	-	-	14.352	15.696
Contas a receber - Venda de participação	6	-	13.734	-	13.734
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	-	1.400	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	94
Investimentos	9	730.578	813.143	-	-
Imobilizado	10	-	-	1.204.485	1.262.366
Ativo de direito de uso	11	-	-	21.396	22.072
Total do ativo não circulante		730.578	828.277	1.240.233	1.313.962
Total do Ativo		780.985	919.715	1.386.086	1.535.191

Santo Afonso Energética S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar e Fornecedores	12	40.506	66.325	83.012	108.373
Contas a pagar – Partes relacionadas	24	32	19.544	1.235	24.327
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	15.819	14.720
Obrigações tributárias	14	1.653	159	12.087	5.139
Dividendos a pagar	24	4.775	1.849	4.775	1.849
Passivo de arrendamento	11	-	-	260	2.209
Outras contas a pagar		-	-	-	152
		46.966	87.877	117.188	156.769
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	471.239	485.261
Passivo de arrendamento	11	-	-	26.864	22.841
Provisão para demandas judiciais	15	-	-	200	-
Provisão para desmobilização	16	-	-	11.965	11.008
		-	-	510.268	519.110
Patrimônio líquido					
Capital social	17	718.350	826.875	718.350	826.875
Lucros acumulados		15.669	4.963	15.669	4.963
		734.019	831.838	734.019	831.838
Participação de acionistas não controladores		-	-	24.611	27.474
Total do patrimônio líquido		734.019	831.838	758.630	859.312
Total do passivo e do patrimônio líquido		780.985	919.715	1.386.086	1.535.191

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	3.553	-	195.738	157.515
Custo de geração de energia	20	(4.479)	-	(110.279)	(95.392)
Lucro bruto		(926)	-	85.459	62.123
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	20	(624)	(215)	(5.225)	(3.748)
Resultado com equivalência patrimonial	9	16.838	6.440	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(238)	(4.240)	(12)	(3.515)
		15.976	1.985	(5.237)	(7.263)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		15.050	1.985	80.222	54.860
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	7.190	5.112	13.697	11.765
Despesas financeiras	22	(485)	(254)	(54.457)	(53.114)
		6.705	4.858	(40.760)	(41.349)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.755	6.843	39.462	13.511
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)
		(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)
Lucro líquido do exercício		20.107	6.730	19.244	6.009
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		20.107	6.730	20.107	6.730
Acionistas não controladores		-	-	(863)	(721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.107	6.730	19.244	6.009
Total dos resultados abrangentes do exercício	20.107	6.730	19.244	6.009
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	20.107	6.730	20.107	6.730
Acionistas não controladores	-	-	(863)	(721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2023		866.308	-	-	(7.890)	858.418	28.895	887.313
Redução de capital	17	(31.543)	-	-	-	(31.543)	-	(31.543)
Redução de capital para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(700)	(700)
Absorção de prejuízos	17	(7.890)	-	-	7.890	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.730	6.730	(721)	6.009
Constituição de reserva legal		-	337	-	(337)	-	-	-
Constituição de dividendo mínimo	17	-	-	-	(1.767)	(1.767)	-	(1.767)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	4.626	(4.626)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		826.875	337	4.626	-	831.838	27.474	859.312
Redução de capital	17	(108.525)	-	-	-	(108.525)	(2.000)	(110.525)
Dividendos declarados para os controladores		-	-	(4.626)	-	(4.626)	-	(4.626)
Absorção de prejuízos								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.107	20.107	(863)	19.244
Constituição de reserva legal		-	1.005	-	(1.005)	-	-	-
Constituição de dividendo mínimo	17	-	-	-	(4.775)	(4.775)	-	(4.775)
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	14.327	(14.327)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025		718.350	1.342	14.327	-	734.019	24.611	758.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.755	6.843	39.462	13.511
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro (prejuízo) com o fluxo de caixa					
Depreciação do ativo imobilizado	10	-	-	63.896	65.037
Baixa de ativo imobilizado	10	-	-	-	32
Amortização de ativo de direito de uso	11	-	-	676	673
Juros sobre passivo de arrendamento	11	-	-	2.074	1.866
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	-	-	44.931	45.363
Resultado de equivalência patrimonial	9	(16.838)	6.440	-	-
Atualização da provisão para desmobilização	16	-	-	957	885
Provisão para demandas judiciais	15	-	-	200	-
Venda de participação em controlada	6	(2.429)	1.096	(2.429)	1.096
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		1.455	(33.888)	13.720	(84.620)
Contas a receber - Partes relacionadas		4.552	-	(6.044)	-
Despesas antecipadas		-	-	168	(966)
Estoques		-	-	(396)	-
Adiantamentos a fornecedores		-	(1)	-	(4.266)
Impostos e contribuições a recuperar		(3.651)	1.422	(3.503)	1.677
Depósitos judiciais		-	-	94	(94)
Adiantamento a fornecedor		-	-	(422)	-
Outras contas a receber		(167)	-	(178)	1.392
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar e Fornecedores		(25.819)	-	(25.360)	73.497
Contas a pagar – Partes relacionadas		(19.512)	-	(23.092)	(2.097)
Impostos e contribuições a recolher		1.081	76.808	679	-
Outras contas a pagar		-	(1.598)	(152)	75
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.235)	(705)	(13.949)	(7.546)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13	-	-	(45.435)	(23.230)
(+) Dividendos recebidos		2.424	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(38.384)	56.417	45.897	82.285
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa restrito e depósitos restituíveis		-	-	1.448	(839)
Redução de capital em empresas investidas	9	93.575	21.300	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	10	-	-	(6.016)	(4.260)
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados em investidas		-	(1.400)	-	-
Recebimento da venda de JUBA19 e JUBA 20		7.946	7.579	7.946	7.579
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		101.521	27.479	3.378	2.480
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	-	-	(12.419)	(10.551)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	11	-	-	-	(2.532)
Dividendos pagos a acionistas controladores		(6.475)	-	(6.475)	-
Redução de capital	17	(108.525)	(31.543)	(108.525)	(31.543)
Redução de capital a acionistas não controladores	18	-	-	(2.000)	(700)
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de financiamento		(115.000)	(31.543)	(129.419)	(45.326)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		(51.863)	52.353	(80.144)	39.439
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro					
		52.864	511	108.814	69.375
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro					
		1.001	52.864	28.670	108.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Santo Afonso Energética S.A. (“Companhia” ou “Afonso”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 16 de setembro de 2015 pela Elera Renováveis S.A., com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000. Seu objetivo é a participação na Janaúba XV, Janaúba XVI, Janaúba XVII, Janaúba XVIII, Janaúba XIX e Janaúba XX, as quais possuem como objeto a implantação e a exploração da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XV (UFV Janaúba 15), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVI (UFV Janaúba 16), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVII (UFV Janaúba 17), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVIII (UFV Janaúba 18), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XIX, (UFV Janaúba 19) e da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XX, (UFV Janaúba 20). Possui como objeto social, além da referida participação em outras Companhias, também a comercialização de energia elétrica, inclusive na modalidade varejista, e/ou créditos de carbono.

Desde 20 de outubro de 2021, a única acionista da Companhia é a Rio Casca Energética S.A

UFV	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Janaúba XV	50	8479/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVI	50	8480/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVII	50	8481/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVIII	50	8482/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XIX	50	8483/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XX	50	8484/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG

1.1. Continuidade operacional

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 30 de abril de 2026.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1.3. Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 10 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 15 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 16 – Provisão para desmobilização: Taxa de desconto das obrigações;

Nota explicativa 19 – Receita operacional líquida: Receita não faturada;

2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As datas das demonstrações financeiras das companhias controladas e das operações em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Controladas diretas	2025	2024
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

O Grupo avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de *Leaseback* ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia e suas controladas.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia e suas controladas.

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo considera Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	1.001	92	3.028	837
Aplicações financeiras	-	52.772	25.642	107.977
Total	1.001	52.864	28.670	108.814

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	-	36.348	1.191	64.426
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	-	-	15	-
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	16.424	24.436	43.551
			-	52.772	25.642	107.977

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

Conta centralizadora do serviço da dívida

Conta Centralizadora do Citibank saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) vinculado as obrigações com o mesmo. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Citibank, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Conta reserva de garantia

Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas. Caixa restrito de curto prazo:

Caixa restrito de curto prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2025	2024
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente	CDI		104
Total			-	104

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	14.352	15.696
Total			14.352	15.696

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para o Grupo em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de energia elétrica - Não faturado	-	-	929	-
Venda de energia elétrica - Faturado	-	-	18.727	2.191
Autoprodução - Faturado	16.593	19.785	-	85.051
Autoprodução - Provisão	-	-	41.541	-
Venda de energia - MRE/CCEE	2.961	1.224	2.975	2.560
Contas a receber	-	-	1.337	-
Contas a receber – Curtailment	-	-	2.337	-
Contas a receber – Reembolso de curtailment (a)	-	-	8.236	-
Total do contas a receber de clientes	19.554	21.009	76.082	89.802

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

(a) Com a promulgação da Lei nº 15.269/2025, foi assegurado às empresas o direito de recalcular os saldos a serem reembolsados pela CCEE, decorrentes dos cortes de energia ocorridos no período de setembro de 2023 até a data-base deste relatório. Embora a nova metodologia de cálculo e os valores estimados de reembolso já tenham sido divulgados até a data de emissão desta demonstração financeira, ainda não foram definidos os critérios, prazos e procedimentos para o efetivo recebimento desses saldos.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo a vencer	19.554	21.009	57.222	89.802
Saldo vencido até 30 dias	-	-	2.579	-
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	9.514	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	6.767	-
Total das contas a receber de clientes	19.554	21.009	76.082	89.802

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Contas a receber - Venda de participação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de participação – Curto prazo	15.796	7.579	15.796	7.579
Venda de participação – Longo prazo	-	13.734	-	13.734
	15.796	21.313	15.796	21.313

7. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	2025	2024
Almoxarifado	1.113	717
Total dos estoques	1.113	717

8. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para o Grupo. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações do Grupo. O Grupo revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ/CSLL	3.175	776	3.472	1.192
PIS/COFINS	1.252	-	1.252	-
ICMS	-	-	-	22
Outros	-	-	-	7
Total	4.427	776	4.724	1.221

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

9. Investimentos

Os investimentos do Grupo em controladas e controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras individuais. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação de uma entidade do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da entidade no prejuízo de uma controlada excede a participação da entidade naquela investida (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da entidade na investida), a entidade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a entidade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da investida.

As exigências do CPC 48 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento de uma entidade do Grupo em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma entidade da Grupo realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à entidade.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Movimentação do investimento em controladas:

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	132.836	147.195	6.303	616	132.836	147.196	6.303	616
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	124.981	140.150	4.563	4.523	124.981	140.150	4.563	4523
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	118.180	133.619	7.201	3.844	118.180	133.619	7.201	3844
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	133.096	144.842	6.623	3.874	133.096	144.842	6.623	3874
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%	123.200	137.150	(3.955)	(3.331)	110.873	123.472	(3.600)	(2.961)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%	122.910	137.585	(4.685)	(3.883)	110.612	123.864	(4.253)	(3.456)
Total					16.050	5.643	730.578	813.143	16.838	6.440

Controlada	Saldo em 2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Aumento de capital	Redução de capital	Saldo em 2025
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	147.196	6.303	(1.062)	1.400	(21.000)	132.836
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	140.150	4.563	(2.114)	-	(17.618)	124.981
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	133.619	7.201	(1.894)	-	(20.746)	118.180
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	144.842	6.623	(2.158)	-	(16.211)	133.096
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	123.472	(3.600)	-	-	(9.000)	110.873
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	123.864	(4.253)	-	-	(9.000)	110.612
Total	813.143	16.838	(7.229)	1.400	(93.575)	730.578

Controlada	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Redução de capital	Saldo em 2024
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	150.580	616	-	(4.000)	147.196
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	141.973	4.523	(346)	(6.000)	140.150
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	138.338	3.844	(63)	(8.500)	133.619
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	146.166	3.874	(198)	(5.000)	144.842
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	129.583	(2.961)	-	(3.150)	123.472
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	130.470	(3.456)	-	(3.150)	123.864
Total	837.110	6.440	(607)	(29.800)	813.143

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025				2024			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) Do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) Do exercício
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	233.432	100.623	132.809	6.276	251.564	104.368	147.195	616
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	223.254	98.300	124.954	4.536	241.249	101.099	140.150	4.523
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	218.780	100.629	118.152	7.173	237.187	103.568	133.619	3.844
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	230.647	97.579	133.068	6.595	245.445	100.603	144.842	3.950
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	216.120	93.605	122.515	(4.635)	232.513	95.363	137.150	(3.331)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	221.292	99.072	122.220	(5.366)	238.532	100.947	137.585	(3.883)

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. O Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pelo Grupo.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria n° 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

O Grupo efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

O Grupo revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O Grupo analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira consolidada:

	2025			2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	1.323.569	(172.182)	1.151.387	1.248.544	
Edificações, obras civis e benfeitorias	38.879	(5.111)	33.768		
Desmobilização de ativos	9.535	(825)	8.710	9.011	
Em curso					
Estoque de ativo fixo	1.572	-	1.572	1.400	
Bens em andamento	9.048	-	9.048	3.411	
	1.382.603	(178.118)	1.204.485	1.262.366	
	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	1.362.241	-	(38.672)	-	1.323.569
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	38.879	-	38.879
Desmobilização de ativos	9.535	-	-	-	9.535
Em curso					
Estoque de ativo fixo	1.400	172	-	-	1.572
Bens em andamento	3.411	5.844	(207)	-	9.048
	1.376.587	6.016	-	-	1.382.603
	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	1.362.258	-	(17)	-	1.362.241

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Provisão para desmobilização	9.535	-	-	-	9.535
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	534	170	728	(32)	1.400
Bens em andamento	32	4.090	(711)	-	3.411
	1.372.359	4.260	-	(32)	1.376.587
Depreciação	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(113.697)	(58.485)	-	-	(172.182)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(5.111)	-	-	(5.111)
Provisão para desmobilização	(524)	(301)	-	-	(825)
	(114.221)	(63.896)	-	-	(178.118)
Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(48.960)	(64.737)	-	-	(113.697)
Provisão para desmobilização	(224)	(300)	-	-	(524)
	(49.184)	(65.037)	-	-	(114.221)

11. Ativo de direito de uso e Arrendamento

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Terrenos 320 meses (delimitado pela data autorização da operação);

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e a diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	25.449	(4.053)	21.396	22.072
	25.449	(4.053)	21.396	22.072
Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Terrenos	25.449	-	-	25.449
	25.449	-	-	25.449
Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Terrenos	25.512	-	(63)	25.449
	25.512	-	(63)	25.449
Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Terrenos	(3.377)	(676)	-	(4.053)
	(3.377)	(676)	-	(4.053)
Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Terrenos	(2.704)	(673)	-	(3.377)
	(2.704)	(673)	-	(3.377)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado			
	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	499	66.555	2.282	64.471
Ajuste a valor presente	(239)	(39.691)	(73)	(41.630)
Total	260	26.864	2.209	22.841

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pelas Companhias para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo Inicial	25.050	25.779
Baixas (remensuração)	-	(63)
Pagamento	(2.922)	(2.532)
Juros sobre arrendamentos (Nota 22)	4.996	1.866
Saldo final	27.124	25.050

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2027	2.191
2028	2.191
2029	2.191
A partir de 2029	20.291
	26.834

12. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	18	35.026	10.814	71.156
Compra de energia - Não faturado	22.263	-	24.632	-
Compra de energia - Faturado	18.225	-	18.225	-
Contas a pagar - CCEE	-	31.299	7.616	36.806
Seguros	-	-	-	411
Provisão de fim de obra	-	-	21.725	-
	40.506	66.325	83.012	108.373

13. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados, durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação do Grupo.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Modalidade	Encargos	Consolidado			
			2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,39% a.a.	10.862	318.686	9.984	328.237
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,04% a.a.	4.957	152.553	4.736	157.024
Total			15.819	471.239	14.720	485.261

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	499.981	488.399
Juros provisionados (Nota 22)	44.931	45.363
Amortização de principal	(12.419)	(10.551)
Pagamento de juros	(45.435)	(23.230)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos	487.058	499.981

Empréstimos e financiamentos – BNDES:

As controladas possuem financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), com data de vencimento em 15 de abril de 2045, e amortização mensal de principal e juros.

No contrato de financiamento, há a obrigação de apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) Consolidado de, no mínimo, 1,3 vezes, a cada encerramento de exercício, e da manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida de cada controlada. Ademais, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("*covenants* financeiros e não financeiros").

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ano	Consolidado
2027	15.248
2028	16.688
2029	17.583
A partir de 2029	421.720
	471.239

14. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ/CSLL	1.648	114	8.196	2.029
PIS/COFINS	-	39	894	387
ICMS	-	-	524	497
ISS	-	-	2.150	1.533
INSS	-	-	214	609
Retido de terceiros	5	6	107	84
Outros	-	-	3	-
	1.653	159	12.088	5.139

15. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria do Grupo classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Diretoria do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Riscos trabalhistas	-	-	200	-
Total	-	-	200	-

A movimentação das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adição	-	200	-	200
31 de dezembro de 2025	-	200	-	200

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Consolidado	
	2025	2024
Riscos cíveis	65	127.083
Riscos trabalhistas	-	99
Risco Admin/Judic. Tributário	2.398	721
Total	2.463	127.903

Ações cíveis:

Em 31 de dezembro de 2025, existe um processo classificado como perda possível, no montante de R\$65 (R\$127.083 em 31 de dezembro de 2024), referente a um procedimento arbitral.

Ações trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2025, não existem processos classificados como perda possível (R\$99 em 31 de dezembro de 2024), referente a reclamações trabalhistas.

Ações admin./Judic. Tributário:

Em 31 de dezembro de 2025 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$2.398 (R\$721 em 31 de dezembro de 2024), referentes a processos administrativos tributários e autos de infração regulatórios.

16. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente pela taxa de desconto de 8,28% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados quando julgados relevantes pela diretoria, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

	2025	2024
Saldo inicial	11.008	10.123
Atualização (Nota 22)	957	885
Saldo final	11.965	11.008

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido atribuível a controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$718.350 (R\$826.875 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 718.350.301 (setecentos e dezoito milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um) em 2025, e 826.874.882 (oitocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois) em 2024, ações ordinárias, nominativas, com o valor de R\$1,00.

Em 6 de maio de 2025, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado a redução de capital no valor de R\$71.525, com a redução na emissão de 71.524.581 (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um) ações, sem valor nominal.

Em 8 de dezembro de 2025, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado a redução de capital no valor de R\$37.000, com a redução na emissão de 37.000.000 (trinta e sete milhões) ações, sem valor nominal.

O total de redução de capital no período foi de R\$108.525.

Deliberações do exercício de 2024:

Em 19 de agosto de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital social no montante de R\$15.433, com a emissão de 15.432.942 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e novecentos e quarenta e dois) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital social no montante de R\$24.000, com a emissão de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada. Sendo R\$7.890 destinados a absorção de prejuízos e R\$16.100 para remuneração dos acionistas.

Dessa forma, perfazendo o total de R\$39.433 como redução de capital no exercício de 2024, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimentos da Companhia. Sendo R\$31.543 em caixa para remuneração dos acionistas e R\$7.890 por absorção dos prejuízos.

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Reserva de retenção de lucros:

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Dividendos:

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Destinação dos resultados

	Controladora	
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.773	6.730
Constituição da reserva legal 5% (*)	(938)	(337)
Lucro líquido ajustado	17.835	6.393
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(4.459)	(1.767)
Constituição de reserva de lucros	(13.376)	(4.626)
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

18. Participação de acionistas não controladores

Participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2025:

Entidade	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Patrimônio líquido	Resultado
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	123.200	(3.955)	12.320	(395)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	122.910	(4.685)	12.291	(468)
Total				24.611	(863)

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2024:

Entidade	Participação do não controlador	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	Patrimônio líquido	Resultado
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	137.150	(3.331)	13.715	(333)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	137.585	(3.883)	13.759	(388)
				27.474	(721)

19. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional do Grupo é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Receitas com contratos de autoprodução de energia

A receita proveniente de contratos de autoprodução é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes autoprodutores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual.

Receita não faturada

As controladas da Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

Curtailment

Em 25 de novembro de 2025, foi convertida em Lei nº 15.235/2025 a Medida Provisória nº 1.300/2025, promovendo ajustes no marco regulatório do setor elétrico. Entre as várias medidas estabelecidas, foram instituídos mecanismos de compensação financeira aplicáveis aos cortes de geração impostos pelo ONS ("curtailment") de usinas eólicas e solares, classificados como indisponibilidade externa ou restrições de confiabilidade elétrica. As regras de compensação contemplam tanto os eventos ocorridos no período de 01 de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025, quanto aqueles verificados após 25 de novembro de 2025.

O objetivo desse mecanismo é recompor os efeitos econômicos decorrentes de eventos externos que restringiram involuntariamente a capacidade de geração das usinas.

Nos termos da legislação, o reconhecimento do direito econômico exige manifestação inequívoca de adesão da entidade às condições previstas, incluindo a renúncia a eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. Tal compromisso pode ser evidenciado pela assinatura de termo de compromisso ou por decisão administrativa documentada.

A diretoria do Grupo manifestou, em 22 de janeiro de 2026, a adesão ao mecanismo de compensação. Considerando-se a data de promulgação da referida legislação, conclui-se que as condições que fundamentam o reconhecimento do reembolso já existiam em 31 de dezembro de 2025.

Com base nesse arcabouço regulatório, o Grupo reconheceu na rubrica de receita líquida, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$7.892, correspondente ao direito de ressarcimento dos eventos de curtailment desde 01 de setembro de 2023, cujo direito contratual ao recebimento passou a existir após a aprovação da Lei nº 15.235/2025. O valor foi mensurado com base em dados operacionais validados pelo ONS e nas regras de contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receita operacional bruta</u>				
<u>Fornecimento de energia</u>				
Receita com contratos de autoprodução de energia	-	-	130.388	80.403
Venda de energia elétrica	-	-	8.991	12.255
Venda de energia elétrica – Partes relacionadas (Nota 24)	3.916	-	62.256	68.879
Resultado com CCEE	-	-	2.840	1.445

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	3.916		204.475	162.982
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>				
<u>Impostos sobre a venda</u>				
PIS	(65)	-	(1.372)	(974)
COFINS	(298)	-	(6.333)	(4.493)
ISS	-	-	(1.032)	-
	(363)	-	(8.737)	(5.467)
Receita operacional líquida	3.553	-	195.738	157.515

20. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia – partes relacionadas (Nota 24)	(3.117)	-	(6.418)	(3.372)
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	1.675	-	1.675	-
Royalties ANEEL	(13)	-	(8.192)	(13.407)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.455)	-	(12.935)	(16.779)
Custo com operação				
Impostos, licenças e taxas	(3)	-	(38)	(21)
Comissão de venda	(3.004)	-	(5.219)	-
Viagens	-	-	(2)	(182)
Serviços de terceiros	(14)	-	(1.807)	(875)
Seguros	-	-	(1.214)	(2.402)
Pessoal	(3)	-	(32)	(53)
Depreciação do imobilizado (Nota 10)	-	-	(63.896)	(65.040)
Amortização ativo direito de uso (Nota 11)	-	-	(676)	(673)
Promoção e publicidade	-	-	(71)	(102)
MRE/CCEE	-	-	(21.849)	(7.989)
Serviços de manutenção – Parte relacionada (Nota 24)	-	-	(2.002)	(1.276)
Manutenção	-	-	(18)	-
Outros	-	-	(520)	-
Total custo com operação	(3.024)	-	(97.344)	(78.613)
Total de custos	(4.479)	-	(110.279)	(95.392)
Despesas gerais				
Viagens	-	-	(1)	-
Serviços de terceiros	(614)	(151)	(4.442)	(1.361)
Impostos, licenças e taxas	-	(7)	-	-
Seguros	-	-	(341)	-
Pessoal	-	(5)	(1)	-

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Serviços de administração – Partes relacionadas (Nota 24)	-	-	(430)	(2.328)
Promoção e publicidade	(10)	(27)	(10)	(59)
Outros	-	(25)	-	-
Total das despesas administrativas e gerais	(624)	(215)	(5.225)	(3.748)

21. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Multas e juros sobre tributos	-	(6)	-	(21)
Estorno atualização monetária	-	(4.234)	-	(4.234)
Outros	(314)	-	(12)	740
Total	(314)	(4.240)	(12)	(3.515)

22. Resultado financeiro

O Grupo reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.760	1.974	11.267	8.627
Receita com juros - Partes relacionadas	2.430	-	2.430	-
Atualização monetária - Venda de participação	-	3.138	-	3.138
Total	7.190	5.112	13.697	11.765

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	-	(44.931)	(45.363)
Juros sobre passivo de arrendamento (Nota 11)	-	-	(4.996)	(1.866)
Amortização das despesas de contratação	-	-	(752)	-
Despesas com letras de crédito	-	-	(769)	(3.813)
Tarifas Bancárias	(1)	-	(332)	-
Multa e juros	(3)	-	(1.144)	(760)
Atualização sobre provisão para desmobilização (Nota 16)	-	-	(957)	(885)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(147)	(254)	(242)	(299)
Impostos sobre aplicações financeiras	(334)	-	(334)	-
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	-	(128)
	(485)	(254)	(54.457)	(53.114)

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social corrente

O Grupo apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

As controladas do Grupo apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Corrente</u>				
Imposto de renda	(1.206)	(77)	(14.653)	(5.040)
Contribuição social	(442)	(36)	(5.565)	(2.462)
Total com imposto de renda e contribuição social	(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição	21.755	6.843	39.462	13.511
% do imposto	34%	34%	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	(7.397)	(2.327)	(13.417)	(4.594)
Adições e exclusões:				
Diferencial tributação do presumido	-	-	(6.825)	(2.932)
Equivalência patrimonial	5.725	2.190	-	-
Outros	24	24	24	24
Total despesa de imposto de renda e contribuição	(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)

24. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, com exceção a rubrica de empréstimos a receber. Certas

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
<u>Contas a receber</u>				
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	3.916	-	3.916
Elera renováveis S.A.	(a)	32	-	65
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	121
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	41
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	71
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	71
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	71
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	322
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212
Alex I Energia S.A.	(a)	-	-	337
Liga de Alumínios S.A. - LIASA	(a)	-	-	8.715
Total		3.948	-	13.272
<u>Dividendos a receber</u>				
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(b)	1.063	-	-
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(b)	1.077	-	64
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(b)	1.704	-	345
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(b)	1.566	-	197
		5.410	-	606
<u>Adiantamento para future aumento de capital</u>				
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(c)	-	-	1.400
		-	-	1.400
<u>Redução de capital</u>				
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(d)	-	-	4.000
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(d)	-	-	1.000
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	-	-	3.500
		-	-	8.500
Passivo				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Redução de capital</u>				
Rio Casca Energética S.A.	(e)	-	-	19.544
Liga de Alumínios S.A. - LIASA		-	-	700
		-	-	19.544
<u>Contas a pagar</u>				
Rio Casca Energética S.A.	(f)	31	-	216
Elera Renováveis S.A.	(f)	-	-	883
Elera Renováveis Participações S.A.	(f)	-	-	-

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Elera Gestão e Energia S.A.	(f)	-	-	-	1.350
Janaúba Holding S.A.	(f)	-	-	-	1.431
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(f)	1	-	136	137
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	-	107
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	-	265
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	-	169
		32	-	1.235	4.083
		32	19.544	1.235	24.327

Dividendos a pagar

Rio Casca Energética S.A.	(g)	4.459	1.849	4.459	1.849
		4.459	1.849	4.459	1.849

Resultado

Receita

Elera Gestão e Energia S.A.	(h)	3.916	-	9.595	-
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(h)	-	-	-	30.915
Liga de Alumínios S.A. - LIASA	(h)	-	-	52.661	37.514
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	-	71
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	-	93
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	-	65
Outros	(h)	-	-	-	221
	(Nota 19)	3.916	-	62.256	68.879

Compra de energia

Brookfield Gestão e Energia S.A..	(i)	-	-	-	(1.431)
Elera Renováveis S.A.	(i)	-	-	-	(91)
Elera Gestão e Energia S.A.	(i)	(3.117)	-	(6.418)	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(151)
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(158)
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(142)
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(1.398)
		(3.117)	-	(6.418)	(3.372)

Resultado ADM

Elera Renováveis S.A.	(j)	-	-	(430)	(2.328)
		-	-	(430)	(2.328)

Resultado O&M

Janaúba Holding S.A.	(k)	-	-	(287)	(1.276)
Rio Casca Energética S.A.	(k)	-	-	(1.715)	-
		-	-	(2.002)	(1.276)

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a receber de empresas investidas;
- (c) Adiantamento para futuro aumento de capital em empresas investidas;
- (d) Redução de capital a receber das investidas
- (e) Redução de capital a pagar aos acionistas
- (f) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (g) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia;
- (h) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica entre empresas do grupo;

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (k) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de O&M, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

25. Cobertura de seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, para as empresas controladas pela Companhia é de R\$723.246 (R\$723.246 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão as instalações solares do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$4.000.000 (R\$1.256.671 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros do Grupo são classificados conforme demonstrado abaixo:

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros	Controladora					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	1.001	-	1.001	92	-	92
Aplicações financeiras	-	-	-	-	52.772	52.772
Contas a receber de clientes	19.554	-	19.554	21.009	-	21.009
Contas a receber - Partes relacionadas	3.948	-	3.948	8.500	-	8.500
Dividendos a receber	5.410	-	5.410	606	-	606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.400	-	1.400
Contas a receber - venda de participação	15.796	-	15.796	21.313	-	21.313
Outras contas a receber	167	-	167	-	-	-
	45.876	-	45.980	53.024	52.772	105.796

Ativos financeiros	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	3.028	-	3.028	837	-	837
Aplicações financeiras	-	25.642	25.642	-	107.977	107.977
Contas a receber de clientes	74.500	-	74.500	89.802	-	89.802
Contas a receber- Partes relacionadas	13.272	-	13.272	7.228	-	7.228
Contas a receber - venda de participação	15.796	-	15.796	21.313	-	21.313
Despesas antecipadas	1.107	-	1.107	1.275	-	1.275
Adiantamentos a fornecedores	4.854	-	4.854	4.432	-	4.432
Depósitos judiciais	-	-	-	94	-	94
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	14.352	14.352	-	15.800	15.800
Outras contas a receber	235	-	235	57	-	57
	112.792	39.994	152.786	125.038	123.777	248.815

Passivo Financeiro	Controladora					
	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	40.506	-	40.506	66.325	-	66.325
Contas a pagar – Partes relacionadas	32	-	32	19.544	-	19.544
Dividendos a pagar	4.459	-	4.459	1.849	-	1.849
Total						

Passivo Financeiro	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	83.012	-	83.012	108.373	-	108.373
Contas a pagar – Partes relacionadas	1.235	-	1.235	24.327	-	24.327
Empréstimos e financiamentos	487.058	-	487.058	499.981	-	499.981
Passivo de arrendamento	27.124	-	27.124	25.050	-	25.050
Outras contas a pagar	-	-	-	152	-	152
Total	598.429	-	598.429	657.883	-	657.883

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;
- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Companhia efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

vi) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Companhia.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

vii) Risco de não renovação da autorização

A controladas da Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

27. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Atividades de investimento (Controladora)	Notas	2025	2024
Variação da conta do investimento	9	-	23.967
Redução de capital em investida ainda não paga		-	(8.500)
Distribuição de dividendo	9	-	(607)
Variação total do investimento na demonstração do fluxo de caixa		-	14.860

* * *